

Demora trará crise, diz Cabral

Nélio Rodrigues

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, está temeroso quanto à data de promulgação da futura Constituição. Na sua opinião, os poderes institucionais já estão sofrendo sérias pressões originadas pela crise política e, por isso, caso as votações continuem até o próximo ano «o País poderá entrar em uma crise de proporções incalculáveis». Mesmo assim, Cabral defende a dilatação do prazo para a Comissão de Sistematização apreciar o seu segundo substitutivo, argumentando que isso acabará facilitando as votações de plenário.



Bernardo Cabral, no entanto, não identifica as pressões que estão sendo exercidas no momento para enfraquecer «principalmente o Poder Legislativo». Ilustra apenas que a opinião pública «depositou muita confiança na Constituinte» e que para ela não interessam as dificuldades naturais de uma votação. «Se não conseguirmos concluir os trabalhos ainda este ano seremos acusados de negligentes», explicou o deputado amazonense que acredita que todos os poderes «cairão no descrédito».

O relator por sua vez prefere manter-se «esperançoso», acreditando que até dezembro «tudo estará pronto». Reconhece que no momento os trabalhos estão sendo lentos devido ao número excessivo de destaques, a votação nominal e até mesmo por causa da crise política gerada pelo rompimento do PFL com a Aliança Democrática. «Mesmo se estivessemos enfrentando condições normais seria impossível votar os 264 artigos até o prazo previsto que é 8 de outubro», afirma.

Segundo Cabral a ameaça do substitutivo ir ao plenário sem a apreciação total da Comissão de Sistematização facilitou o acordo de lideranças em relação à retirada dos destaques. «Resta agora, acrescentou, acreditar que o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, irá ceder em relação aos prazos». Cabral acredita que a dilatação é importante, inclusive, para facilitar a votação de plenário, avaliando «que será uma desmoralização» se o texto for ao plenário da Constituinte como estiver no dia 8 de outubro.



A Comissão de Sistematização entende que a dilatação do prazo facilitará a votação em plenário

Lideranças acreditam na dilatação de prazo

As lideranças partidárias na Constituinte não estão preocupadas com a possibilidade de o substitutivo do deputado Bernardo Cabral ir para o plenário sem a apreciação da Comissão de Sistematização.

Todas estão confiantes na dilatação do prazo — no mínimo dez dias — pela mesa da Constituinte. Acrescentam que se isso não for concedido pelo presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, qualquer um dos 93 membros da Comissão poderá apresentar requerimento de convocação do plenário que tem prerrogativas regimentais para derrubar uma decisão da Mesa.

Os constituintes, no entanto, reconhecem que nesses primeiros dias de votação o trabalho tem sido lento — até o momento foram votados apenas cinco dos 333 artigos. Levando em conta o aumento da retirada de destaques e a agilização dos trabalhos da Mesa, o deputado José Genoíno (PT-SP) é o único que acredita na possibilidade de aprovação integral do texto até o dia 8 de outubro. Outras lideranças não acreditam

nessa possibilidade e o mais otimista é o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), ao afirmar que até essa data a Comissão de Sistematização deverá votar aproximadamente 80 artigos.

Os problemas dos componentes da Comissão de Sistematização são agravados ainda pela votação nominal. Segundo o deputado Jorge Hage (PMDB-BA), a utilização do painel eletrônico «facilitaria bastante». Argumentam também que os dois primeiros títulos — ao todo são nove — têm o maior número de artigos, parágrafos, alíneas e incisos. O que faz prever que as votações dos outros temas serão mais aceleradas.

Mesmo com a agilização, os constituintes consideram necessária a dilatação do prazo. O deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), afirma que ninguém precisa se preocupar porque o deputado Ulysses Guimarães vai modificar o calendário. Todos são unânimes em dizer que Ulysses está aparentando ser irredutível, apenas para impedir que qualquer um dos grupos tente provocar o atraso das votações.

Proposta de pena de morte é derrotada

Por 84 votos a cinco e uma abstenção, a Comissão de Sistematização da Constituinte rejeitou, ontem a pena de morte, nos termos da emenda de autoria do líder do PDS, deputado Amaral Netto. A proposta dispunha sobre a aplicação da pena capital nos casos de lei militar em tempo de guerra externa, de assalto, roubo ou seqüestro e estupro seguidos de morte. Votaram a favor da iniciativa os deputados Francisco Rossi, José Lins, Luis Eduardo Magalhães, Paulo Pimentel e Theodoro Mendes, enquanto o deputado Gérson Peres absteve-se.

Foi ainda rejeitado pedido de destaque de autoria do deputado Arnaldo Faria de Sá, do PTB de São Paulo, que pretendia suprimir do parágrafo 21, do Art. 5º do segundo substitutivo do relator Bernardo Cabral, a proibição da adoção da pena de morte. Com isso, ele desejava remeter a questão aos estados, que poderiam ou não adotar a penalidade nas suas constituições. A emenda do deputado petebista foi rejeitada por 83 votos contra cinco favoráveis dos deputados Joaquim Bevilacqua, Darcival Pozza, Gérson Peres, Paulo Pimentel e Ricardo Issa.

A sessão de ontem foi presidida pelo senador Jarbas Passarinho, que assumiu os trabalhos pela primeira vez depois de ter sido indicado para um cargo — eletivo — de vice-presidente da Mesa pelas lideranças partidárias, juntamente com o senador Fernando Henrique Cardoso, com o objetivo de agilizar as votações. Ex-presidente do Senado, ex-integrante da Mesa daquela Casa e líder partidário com larga experiência e conhecimento dos mecanismos do plenário, o senador pelo PDS conseguiu imprimir maior celebridade aos trabalhos, só, não conseguindo adotar a votação simbólica devido à reação de vários parlamentares.

Estabilidade vai a votação sem acordo

As lideranças sindicais e a esquerda não aceitam trocar a supressão da proibição da demissão imotivada, que consta do substitutivo do relator Bernardo Cabral, pela inclusão de um dispositivo na Constituição que garanta a semana de trabalho de 44 horas. A proposta foi feita ontem pelo presidente da Confederação Nacional da Indústria, senador Albano Franco (PMDB-SE), aos presidentes da CGT, Joaquim dos Santos Andrade, da CUT, Jair Meneguelli, e da CNTI, José Calixto.

Na Comissão de Sistematização, representantes dos partidos de esquerda também rejeitaram qualquer acordo em torno da proposta do CNI, que prevê dois anos para a implantação das 44 horas semanais e indenizações proporcionais ao tempo de serviço no caso de demissão. «Para nós, a estabilidade é uma questão de princípio. E porque vamos aceitar as 44 horas se no ABC já vigoram 43 e na capital de São Paulo pode haver um acordo em torno de 42?» perguntou o deputado José Genoíno (PT-SP).

Sentindo o impasse, o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) trabalha em cima de outra proposta: em troca das 44 horas semanais de trabalho, o artigo que proíbe a demissão imotivada ficaria com a redação do primeiro, e não do segundo substitutivo de Cabral. Ou seja, o princípio seria mantido, mas sua regulamentação ficaria para lei complementar.

Fernando Henrique, porém, vem esbarrando em resistências poderosas. A Federação das Indústrias de São Paulo, por exemplo, até agora, não deu qualquer sinal de boa vontade em relação à proposta. Seu presidente, Mário Amato, não vê lucro algum, para os empresários, na aprovação simultânea da redução da semana de trabalho e do princípio da proibição de demissão imotivada. Entre os trabalhadores, tampouco a proposta provoca entusiasmo.